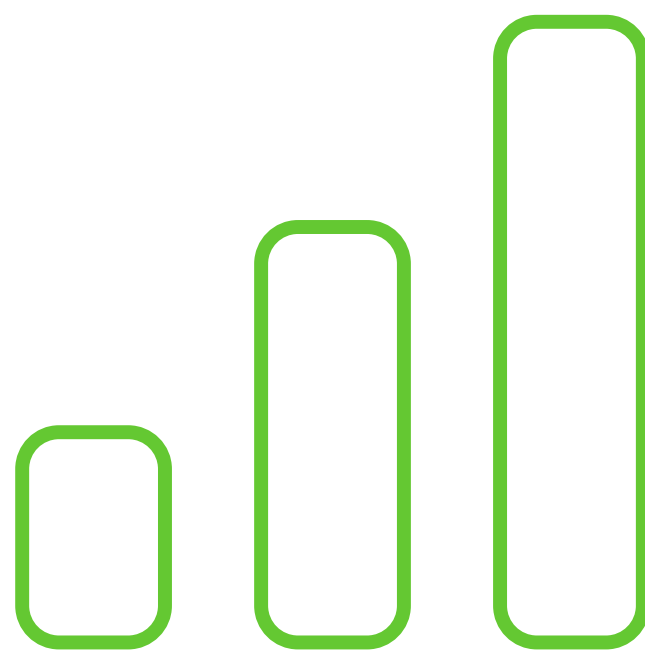

Cooperativa Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ

Demonstrações Financeiras 2020



Cooperativa de Crédito, Poupança
e Investimento Vanguarda da
Região das Cataratas do Iguaçu
e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: Sicredi na Comunidade – Adoção de Entidades: Em 2020, a Sicredi Vanguarda repassou mais de R\$ 600 mil para 70 entidades nos estados do Paraná, de São Paulo e Rio de Janeiro. Os recursos serão utilizados para melhorias em suas estruturas e equipamentos.

Dia C: 2020 foi o ano em que a cooperação esteve presente em todos os lugares. As pessoas se mostraram solidárias, cooperativas e unidas no ano em que tiveram que se reinventar. A Sicredi Vanguarda realizou 47 ações na sua área de atuação no Paraná, em São Paulo e no Rio de Janeiro, que beneficiaram aproximadamente 5 mil pessoas.

Semana ENEF 2020: Em 2020 aconteceu a 7ª Semana Nacional de Educação Financeira entre os dias 23 e 29 de novembro. A Sicredi Vanguarda com o apoio de 133 colaboradores voluntários realizou 136 palestras sobre educação financeiro para mais de 6.700 pessoas na área de atuação da cooperativa nos três estados, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

PUFV em 2020: Em 2020, a educação passou por uma transformação. Os educadores precisaram se reinventar e os alunos a aprender a aprender. O Programa A União Faz a Vida – PUFV chegou aos municípios de Lagoinha e Igaratá em São Paulo, sendo os primeiros municípios a receberem o programa no estado dentro da área da atuação da Sicredi Vanguarda e já na implantação, 87 professores dos dois municípios passaram pela habilitação inicial para trabalhar com o programa. No Paraná aconteceram sete formações continuadas presenciais no início do ano totalizando a participação de mais de 590 professores. Para os 60 professores de Serranópolis do Iguaçu que participam do programa, foi realizado um workshop com quatro módulos de duas horas cada sobre o PUFV, os encontros aconteceram on-line entre os dias 25 de maio e 12 de junho. Com o objetivo de encerrar o ano letivo, foi organizada uma palestra motivacional apresentada por Solange Limberger com o tema “O que todo mundo deveria saber sobre a educação em 2020 em três atos: A tragédia anunciada, o levante perfeito e a insurreição evidente”. Participaram no dia 11 de dezembro 170 professores de Céu Azul e no dia 17 de dezembro 321 professores de Santa Helena.

HoradaPrevenção: Sicredi promoveu live com Dr. Drauzio Varella sobre prevenção do câncer, a transmissão aconteceu dia 1º de outubro como ação de incentivo a prevenção da doença entre mulheres e homens. A ação, que aconteceu em referência ao Outubro Rosa e Novembro Azul, foi estendida por 60 dias com incentivo para que as pessoas tirem, ao menos, uma hora em seu dia, para cuidar da sua saúde e daqueles que fazem parte do seu meio de relacionamento. Exames de rotina, alimentação saudável e exercícios físicos, são algumas das práticas que garantem mais qualidade de vida, ajudam a prevenir doenças e serão abordadas pelo especialista.

EnvolVidas: o evento feito de mulheres para mulheres, aconteceu em 2020 de forma on-line e reuniu 2.500 pessoas durante a transmissão. O evento contou com uma palestra de Denise Fraga, sobre o tema “Conexões humanas em tempos digitais”. Para participar do evento, as convidadas foram chamadas a ajudar com a doação de um quilo de alimento não perecível ou itens de higiene, que chegou a 2,5 toneladas para atender as necessidades das entidades beneficiadas nos municípios da área de atuação da Sicredi Vanguarda. A cooperativa doou a mesma quantidade das arrecadações, totalizando 5 toneladas.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Em 2020, foram inauguradas quatro novas agências, sendo uma em Cascavel no Paraná, uma em Tremembé em São Paulo, e duas no Rio de Janeiro, nos municípios de Lídice e Valença. Além disso, três agências passaram para prédios novos, para melhor atender os associados e comunidades do Paraná nos municípios de Foz do Iguaçu, Santa Helena e Lindoeste. Reinauguramos no Paraná seis agências com o novo layout da marca e em São Paulo, no município de Cruzeiro, a agência passou por reforma e ampliação.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos O Sicredi foi em busca de todas as opções que o mercado tinha, que o governo colocou à disposição, para atendermos os nossos associados, principalmente as empresas, micro, pequena, médios empresários. Buscamos mais de R\$ 200 milhões em recursos, que foram emprestados aos nossos associados, e quando as linhas do governo não foram suficientes, criamos linhas próprias. Outro fator importante e que foi atendido pelo Sicredi em 2020, foram as renegociações. Mais de R\$ 200 milhões em parcelas de operações de créditos foram renegociadas durante o ano, o que deu um folego a mais para o nosso associado não parar o seu negócio, continuar trabalhando e produzindo para o crescimento do nosso país.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

ATIVO			31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO			31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			4.667.461	3.244.366	PASSIVO			4.155.889	2.801.680
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)		56.798	35.746	DEPÓSITOS	(Nota 11)		3.030.307	2.095.204
INSTRUMENTOS FINANCEIROS			4.525.688	3.102.663	Depósitos à vista			759.266	405.765
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)		22.306	103.586	Depósitos interfinanceiros			139.289	132.873
Centralização financeira	(Nota 04)		1.407.466	851.068	Depósitos a prazo			2.131.752	1.556.566
Relações interfinanceiras ativas			723	1.965	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS			904.885	530.444
Operações de crédito	(Nota 06)		2.925.702	2.015.689	Relações interfinanceiras	(Nota 12)		877.989	513.729
Outros ativos financeiros	(Nota 07)		169.491	130.355	Obrigações por repasses	(Nota 13)		9.355	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 06)		(119.355)	(91.530)	Outros passivos financeiros	(Nota 14)		17.541	16.715
OUTROS ATIVOS	(Nota 08)		19.707	19.433	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 15)		1.684	3.585
INVESTIMENTOS	(Nota 09)		57.169	57.169	OUTROS PASSIVOS	(Nota 16)		219.013	172.447
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)		113.492	106.152					
INTANGÍVEL	(Nota 10)		13.962	14.733	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 17)		511.572	442.686
					CAPITAL SOCIAL			173.645	148.635
					RESERVAS DE SOBRAS			314.825	272.222
					SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS			23.102	21.829
TOTAL DO ATIVO			4.667.461	3.244.366	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			4.667.461	3.244.366

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba -
Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	185.511	370.494	358.112
Operações de crédito (Nota 06)	185.118	368.318	357.496
Resultado títulos e valores mobiliários	308	2.089	450
Resultado das aplicações compulsórias	85	87	166
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(85.712)	(167.801)	(164.223)
Operações de captação no mercado	(20.779)	(50.977)	(80.494)
Operações de empréstimos e repasses	(18.671)	(35.473)	(26.302)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 06)	(46.262)	(81.351)	(57.427)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	99.799	202.693	193.889
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(54.295)	(108.388)	(103.793)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	57.358	104.312	86.236
Rendas de tarifas bancárias	17.549	34.021	29.040
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 21)	(56.113)	(109.511)	(100.792)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	(54.651)	(106.672)	(110.357)
Dispêndios e despesas tributárias	(1.318)	(3.181)	(4.281)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	25.301	50.677	67.581
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	(42.421)	(78.034)	(71.220)
RESULTADO OPERACIONAL	45.504	94.305	90.096
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2.078	1.804	764
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	47.582	96.109	90.860
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(494)	(4.566)	(5.193)
Provisão para Imposto de Renda	(247)	(2.797)	(3.192)
Provisão para Contribuição Social	(247)	(1.769)	(2.001)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(9.042)	(17.949)	(12.575)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	38.046	73.594	73.092

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi
Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	127.697	232.318	21.235	381.250
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	10.478	-	(20.902)	(10.424)
Outras destinações	-	-	(333)	(333)
Capital de associados				
Aumento de capital	9.301	-	-	9.301
Baixas de capital	(6.896)	-	-	(6.896)
Resultado do período	-	-	73.092	73.092
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.119)	(3.119)
Juros sobre o capital próprio	8.055	-	(8.240)	(185)
Reserva legal - Estatutária	-	37.422	(37.422)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.000	(2.000)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	482	(482)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	148.635	272.222	21.829	442.686
Mutações do Período	20.938	39.904	594	61.436
Saldos no início do período em 01/01/2020	148.635	272.222	21.829	442.686
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	6.660	-	(21.419)	(14.759)
Outras destinações	-	-	(410)	(410)
Capital de associados				
Aumento de capital	22.145	-	-	22.145
Baixas de capital	(8.292)	-	-	(8.292)
Resultado do período	-	-	73.594	73.594
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.301)	(3.301)
Juros sobre o capital próprio	4.497	-	(4.588)	(91)
Reserva legal - Estatutária	-	39.603	(39.603)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	3.000	(3.000)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	173.645	314.825	23.102	511.572
Mutações do Período	25.010	42.603	1.273	68.886
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	160.316	272.222	35.548	468.086
Destinação resultado exercício anterior				
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	13.216	-	-	13.216
Baixas de capital	(4.384)	-	-	(4.384)
Resultado do período	-	-	38.046	38.046
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.301)	(3.301)
Juros sobre o capital próprio	4.497	-	(4.588)	(91)
Reserva legal - Estatutária	-	39.603	(39.603)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	3.000	(3.000)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	173.645	314.825	23.102	511.572
Mutações do Período	13.329	42.603	(12.446)	43.486

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba -
Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	59.836	110.132	107.427
Resultado do semestre/exercício	38.046	73.594	73.092
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	21.790	36.538	34.335
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	19.699	27.825	21.393
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(1.507)	(1.507)	-
Depreciação e amortização	7.881	14.898	12.587
Baixas do ativo permanente	215	524	1.936
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(1.197)	(1.901)	1.538
Destinações ao FATES	(3.301)	(3.301)	(3.119)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	231.875	490.716	90.965
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	39.117	81.280	(101.805)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	22.964	1.242	(763)
(Aumento) em operações de crédito	(606.800)	(910.013)	(430.706)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	246.292	364.260	121.946
(Aumento) em outros ativos financeiros	(43.554)	(39.136)	(34.810)
(Aumento) Redução em outros ativos	2.057	1.233	(2.910)
Aumento em depósitos	515.270	935.103	528.416
Aumento em passivos financeiros	18	826	1.618
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	2.230	9.355	(21.815)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(674)	(2.320)	(3.034)
Aumento em outros passivos	54.955	48.886	34.828
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	291.711	600.848	198.392
Aquisição de investimentos	-	-	(7.286)
Aquisição de imobilizado de uso	(8.492)	(18.125)	(42.715)
Aplicações no intangível	(2.214)	(3.866)	(2.176)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(10.706)	(21.991)	(52.177)
Integralização de capital	13.216	22.145	9.301
Baixa de capital	(4.384)	(8.292)	(6.896)
Juros ao capital próprio	(91)	(91)	(185)
Distribuição de Sobras	-	(15.169)	(10.757)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	8.741	(1.407)	(8.537)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	289.746	577.450	137.678
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.174.518	886.814	749.136
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	1.464.264	1.464.264	886.814

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi
Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	38.046	73.594	73.092
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	38.046	73.594	73.092

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 17/11/1983 e sede situada na Rua Paraguai, 1407 - 1 Andar, na cidade de Medianeira - Paraná . A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 71 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 04 de março de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 6;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 15;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstração Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

q) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	56.798	35.746
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	1.407.466	851.068
Total	1.464.264	886.814

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	7.670	14.636	22.306	103.586
Total	-	7.670	14.636	22.306	103.586

Total circulante	7.670	-
Total não circulante	14.636	103.586

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020					31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	19.773	220.020	463.159	1.132.280	1.835.232	1.239.865
Financiamentos	1.371	29.325	116.035	182.828	329.559	282.951
Financiamentos rurais e agroindustriais	228	26.306	420.486	313.891	760.911	492.873
Total das operações de crédito	21.372	275.651	999.680	1.628.999	2.925.702	2.015.689
Avais e fianças honrados	205	31	-	-	236	266
Devedores por compra de valores e bens	-	32	39	37	108	96
Títulos e créditos a receber	-	117.040	40.093	83	157.216	119.590
Total de outros créditos	205	117.103	40.132	120	157.560	119.952
Carteira total	21.577	392.754	1.039.812	1.629.119	3.083.262	2.135.641

Total circulante	1.454.143	1.262.051
Total não circulante	1.629.119	873.590

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	78.209	326	-	-
A	0,50	1.348.380	882.431	6.721	4.412
B	1,00	1.148.526	828.271	11.448	8.283
C	3,00	289.282	258.216	8.639	7.746
D	10,00	93.665	75.697	9.350	7.570
E	30,00	37.226	24.228	11.163	7.268
F	50,00	20.925	11.762	10.448	5.881
G	70,00	18.212	14.466	12.749	10.126
H	100,00	48.837	40.244	48.837	40.244
Total		3.083.262	2.135.641	119.355	91.530

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 617.125 (dezembro de 2019 - R\$ 453.061) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 8.951 (dezembro de 2019 - R\$ 6.420) conforme Nota 14.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020					31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	13.753	170.514	196.881	402.159	783.307	699.167
Rural	228	26.306	420.486	313.891	760.911	492.873
Industrial	379	20.055	35.690	74.123	130.247	66.740
Comércio	3.059	85.287	166.296	348.878	603.520	405.971
Outros serviços	4.158	90.592	220.459	490.068	805.277	470.890
Total	21.577	392.754	1.039.812	1.629.119	3.083.262	2.135.641

Total circulante	1.454.143	1.262.051
Total não circulante	1.629.119	873.590

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	218.325	7,08	133.161	6,24
50 devedores seguintes	304.358	9,87	212.511	9,95
100 devedores seguintes	251.592	8,16	174.909	8,19
Demais	2.308.987	74,89	1.615.060	75,62
Total	3.083.262	100,00	2.135.641	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	91.530	70.137
Constituição de provisão	143.683	116.871
Reversão de provisão	(62.332)	(59.444)
Movimentação de baixados para prejuízo	(53.526)	(36.034)
Saldo final	119.355	91.530

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	128.356	261.981	266.082
Financiamentos	22.285	45.615	48.378
Financiamentos rurais e agroindustriais	22.382	41.917	29.526
Outros	37	99	178
Subtotal	173.060	349.612	344.164
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	12.058	18.706	13.332
Total	185.118	368.318	357.496

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 138.808 (2019 - R\$ 74.946).

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 06)	157.216	119.590
Rendas a receber	7.029	4.535
Devedores por compra de valores e bens (Nota 06)	108	96
Avais e fianças honrados (Nota 06)	236	266
Operações com cartões	1.884	1.595
Devedores por depósitos em garantia	3.018	4.273
Total	169.491	130.355

Total circulante	166.353	126.023
Total não circulante	3.138	4.332

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	10.258	11.784
Adiantamentos e antecipações salariais	3.640	2.825
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	536	681
Adiantamentos para Confederação Sicredi	2.628	2.740
Impostos e contribuições a compensar	175	129
Pendências a regularizar	505	109
Outros	1.965	1.165
Total circulante	19.707	19.433

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	8.440	12.783
Imóveis	8.359	12.643
Veículos e afins	69	128
Máquinas e equipamentos	12	12
Material em estoque	2.184	878
Despesas antecipadas	55	51
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(421)	(1.928)
Total circulante	10.258	11.784

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(1.928)	(1.928)
Constituição de provisão	-	-
Reversão de provisão	1.507	-
Saldo final	(421)	(1.928)

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	36.385	36.385
Sicredi Participações S.A.	20.782	20.782
Outras participações e investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	57.169	57.169

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	6.763.975 ON 14.017.200 PN	6.763.975 ON 14.017.200 PN	2 Quotas	2 Quotas	36.385.494 Quotas	36.385.494 Quotas
Percentual de participação	1,76%	1,97%	1,24%	1,24%	11,41%	11,48%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	318.901	317.064
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	320.371	318.570
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	-
Valor do investimento	20.782	20.782	2	2	36.385	36.385

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	154.116	(40.624)	113.492	106.152
Imobilizações em curso	-	3.409	-	3.409	15.717
Terrenos	-	21.482	-	21.482	21.482
Edificações	4%	44.126	(9.617)	34.509	19.192
Instalações	10%	-	-	-	3
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	31.845	(10.035)	21.810	16.734
Móveis e equipamentos	10%	40.145	(14.161)	25.984	21.074
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.968	(899)	1.069	2.281
Equipamentos de processamento de dados	20%	9.641	(5.007)	4.634	8.859
Veículos	20%	1.500	(905)	595	810

Intangível	35.684	(21.722)	13.962	14.733
Investimentos Confederação	35.684	(21.722)	13.962	14.733

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	759.266	-	-	759.266	405.765
Depósitos interfinanceiros	92.034	47.255	-	139.289	132.873
Depósitos a prazo	18.247	54.725	2.058.780	2.131.752	1.556.566
Total	869.547	101.980	2.058.780	3.030.307	2.095.204

Total circulante	971.527	543.966
Total não circulante	2.058.780	1.551.238

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasse interfinanceiros	877.986	513.729
Recebimentos e pagamentos a liquidar	3	-
Total	877.989	513.729

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	26.713	459.334	322.232	808.279	513.729
Total - Recursos do Crédito Rural	26.713	459.334	322.232	808.279	513.729
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	69.707	69.707	-
Total - Outros Recursos	-	-	69.707	69.707	-

Total	26.713	459.334	391.939	877.986	513.729
-------	--------	---------	---------	---------	---------

Total circulante	486.047	337.698
Total não circulante	391.939	176.031

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/10/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasse no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	705	2.753	5.897	9.355	-
Total	705	2.753	5.897	9.355	-

Total circulante	3.458	-
Total não circulante	5.897	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	8.951	6.420
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	5.426	222
Recursos em trânsito de terceiros	3.164	4.725
Total circulante	17.541	11.367

Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	-	5.348
Total não circulante	-	5.348

Total	17.541	16.715
-------	--------	--------

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	530	2.431
Cível	Provável	1.154	1.154
Total não circulante		1.684	3.585

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	2.431	170	(2.071)	530
Cível	1.154	1.215	(1.215)	1.154
Total não circulante	3.585	1.385	(3.286)	1.684

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 608; R\$ 104 e R\$ 869 (dezembro de 2019 - R\$ 762; R\$ 1.264 e R\$ 61), respectivamente.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	152.539	114.827
Provisão para pagamentos a efetuar	14.162	13.536
Cotas de capital a pagar	8.710	6.977
Provisão para participações nos lucros	17.442	13.107
Fundo de assistência técnica, educacional e social	4.098	3.118
Demais fundos constituídos	-	23
Impostos e contribuições a recolher	5.818	5.781
Credores diversos	15.928	13.561
Cheques administrativos	5	220
Cobrança e arrecadação de tributos	14	515
Pendências a regularizar	297	782
Total Circulante	219.013	172.447

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	173.645	148.635
Total de associados	168.421	154.890

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 25.010 (2019 – R\$ 20.938), sendo R\$ 11.157 (2019 – R\$ 18.533) via integralização de resultados e R\$ 22.145 (2019 – R\$ 9.301), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 8.292 (2019 – R\$ 6.896).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,89% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.588, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 60% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 2.680 (R\$ 482 em dezembro de 2019), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	96.109	90.860
Participação nas sobras	(17.949)	(12.575)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	78.160	78.285
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(31.264)	(31.314)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	24.971	22.896
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.835	3.296
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	8
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(108)	(79)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.566)	(5.193)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	22.306	103.586
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	1.407.466	851.068
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 07)	6.122	3.663
Outros ativos (Nota 08)	2.628	3.667
Investimentos (Nota 09)	57.169	57.169
Intangível (Nota 10)	13.962	14.733
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	139.289	132.873
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	877.986	513.729
Outros passivos (Nota 16)	145.655	113.812
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	5.426	5.570
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	2.089	450
Ingressos e receitas de prestação de serviços	30.832	23.074
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	30.124	47.922
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	2.680	482
Despesas		
Operações de captação no mercado	3.329	5.866
Operações de empréstimos e repasses	35.473	26.302
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	7.816	10.016
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	36.348	36.607

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	284	0,04%	270
Depósitos a prazo	1.848	0,09%	2.083
Operações de crédito	1.987	0,07%	1.699

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	6.836	6.976

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	30.120	60.045	56.352
Benefícios	13.794	26.747	22.487
Encargos sociais	12.113	22.503	20.600
Treinamentos	86	216	1.353
Total	56.113	109.511	100.792

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	1.373	3.056	2.920
Aluguéis	5.074	10.348	9.506
Comunicação	1.796	3.574	4.083
Manutenção e conservação	3.605	7.076	6.526
Material de expediente	818	1.614	1.794
Processamento dados	1.814	3.308	2.543
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	7.225	14.709	16.426
Serviços do sistema financeiro	5.496	10.622	10.641
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	8.022	14.576	11.431
Serviços de vigilância e segurança	2.915	5.769	5.069
Serviços de transportes	2.357	5.121	7.362
Depreciação	5.216	10.261	8.903
Amortização (Rateio Confederação)	2.665	4.637	3.684
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	674	2.320	5.318
Emolumentos e taxas diversas	1.779	3.671	3.983
Outras despesas administrativas	3.822	6.010	10.168
Total	54.651	106.672	110.357

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	674	2.320	3.034
Recuperação de encargos e despesas	2.131	5.058	5.936
Ingressos depósitos intercooperativos	12.986	28.797	46.543
Reversão de provisões operacionais	3.255	4.498	5.930
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.884	3.354	3.789
Reversão de provisões para passivos contingentes	1.569	3.286	1.762
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	1.459	1.459	-
Outras rendas operacionais	1.343	1.905	587
Total	25.301	50.677	67.581

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	7.725	13.516	8.201
Contribuições Cooperativistas	108	215	207
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	539	2.547	4.399
Contribuição Confederação Sicredi	14.293	26.963	25.026
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.393	2.766	2.991
Encargos da administração financeira	1	8	241
Repasse Administradora de Cartões	-	435	1.148
Provisões para garantias financeiras prestadas	4.395	5.885	3.638
Provisões para passivos contingentes	372	1.385	3.300
Outras provisões operacionais	1.909	3.709	3.330
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	5.686	9.742	6.780
Risco operacional	2.051	3.974	3.646
Juros e comissões	1.611	3.003	4.552
Outras despesas operacionais	2.338	3.886	3.761
Total	42.421	78.034	71.220

NOTA 25 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	38.046	73.594	73.092
Eventos não recorrentes	2.680	2.680	482
Resultado recorrente	35.366	70.914	72.610

NOTA 26 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	616.995	452.896
Coobrigações em cessões de crédito	130	165
Total	617.125	453.061

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreo e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos”

NOTA 28 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	497.610	430.181
Nível I (NI)	497.610	427.953
Capital principal - CP	497.610	427.953
Capital social	173.645	148.635
Reservas de capital	314.825	272.222
Lucros acumulados	23.102	21.829
Ajustes Prudenciais	(13.962)	(14.733)
Nível II (NII)	-	2.228
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	-	2.228
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	3.621.048	2.688.325
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	10.939	7.278
Margem de Capital	151.725	140.628
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,74%	16,00%
Situação de Imobilização (Imob)	113.494	106.154
Índice de Imobilização (Imob / PR)	22,81%	24,68%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ademir Roque
Diretor Executivo
CPF: 585.087.329-53

Antônio Clarindo Sobrinho
Diretor de Operações
CPF: 615.552.409-25

Antonio Clarindo Sobrinho
Contador
CRC: PR-049071/O-3
CPF: 615.552.409-25

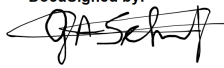
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Medianeira/ PR, 17 de março de 2021.

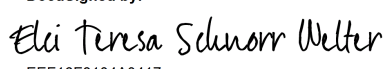
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

DocuSigned by:

2E7297C6C0984B6...

Gerson Aurinei Schmitz
Conselheiro Fiscal Efetivo

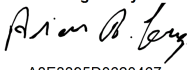
DocuSigned by:

EEF16F8104A0417...

Elci Teresa Schnorr Welter
Conselheira Fiscal Efetiva

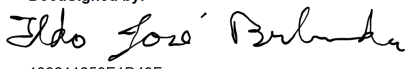
DocuSigned by:

E949E7136F74408...

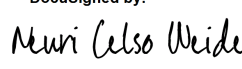
Mariane Dorotea Hanzen Faquim
Conselheira Fiscal Efetiva

DocuSigned by:

A8E3395D0620467...

Arian Assumpção Careaga
Conselheiro Fiscal Suplente

DocuSigned by:

133211250E1D49F...

Ildo Jose Berlanda
Conselheiro Fiscal Suplente

DocuSigned by:

8D946DE014304DA...

Neuri Celso Weide
Conselheiro Fiscal Suplente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ

Medianeira / PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9